

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 12/2023.

AUTOR: Governador do Estado do Tocantins

ASSUNTO: Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Nacional – APAE a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências.

RELATOR: Deputado **NILTON FRANCO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

O Chefe do Poder Executivo encaminhou para esta Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 12/2023, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Nacional – APAE a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”.

Aduz o Autor que a APAE, entidade cuja utilidade pública foi declarada por meio da Lei nº 386, de 7 de abril de 1992, constitui uma importante rede de apoio às pessoas com deficiência intelectual e deficiência múltipla, desempenhando um papel fundamental na promoção e defesa dos direitos dos auxiliados. Além disso, a Associação contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

Desse modo, a doação do imóvel possui conexão direta com o interesse público, uma vez que repercutirá na melhoria do atendimento e, consequentemente, da qualidade de vida das pessoas assistidas, de maneira que a construção de uma sede própria no município em questão proporcionará um ambiente adequado à realização de atividades educacionais, culturais, recreativas e de assistência social, beneficiando não apenas os participantes, mas também suas famílias.

Diante da relevância social e do justificado interesse público, a cooperação com a entidade é um pilar importante na construção de uma sociedade que valoriza a diversidade e busca garantir a dignidade e os direitos de todas as pessoas.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, não vislumbro óbice à aprovação da propositura, uma vez que não há vícios de iniciativa, bem como inconstitucionalidade material de qualquer natureza.

Também não há reparos a fazer quanto à juridicidade, bem como quanto à técnica legislativa.

Ante o exposto, por atender os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimental, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 12/2023**, na forma original.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 2023.



Deputado **NILTON FRANCO**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) Nilton Franco referente ao(a) Ph.G. / 12 / 2023

OBS:.....

Encaminhe-se(a) (ao) Comissão Especial Tributária
Exatidão, Roteiro

Sala das Comissões, 12 de Wagener de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

Dep. GIPÃO(x)	Dep. MOISEMAR MARINHO()
Dep. CLAUDIA LELIS(x)	Dep. VANDA MONTEIRO()
Dep. JORGE FREDERICO(x)	Dep. VALDEMAR JÚNIOR()
Dep. NILTON FRANCO(x)	Dep. CLEITON CARDOSO()
Dep. PROF. JÚNIOR GEO(x)	Dep. GUTIERRES TORQUATO()

MEMBROS SUPLENTE